



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços
Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica
Coordenação-Geral das Indústrias da Saúde
Coordenação de Instrumentos Regulatórios e de Apoio

Voto: 20/2025/CIRA/MDIC

Processo SEI nº: 25351.822071/2024-92

I. OBJETO

1. Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado em desfavor da empresa **CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ: 40.061.543/0001-33**, em decorrência de oferta de medicamentos por preço superior ao preço permitido pela CMED, em negociações no Pregão Eletrônico nº 60/2022 realizado pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte.

II. RELATÓRIO

2. O presente voto tem por objetivo analisar o recurso administrativo interposto pela CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ: 40.061.543/0001-33, contra decisão da Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED), que decidiu pela aplicação de penalidade de multa no valor de **R\$ 1.573.200,70 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais e setenta centavos)**, em decorrência de oferta de medicamentos por preço superior ao Preço Fábrica (PF), em descumprimento ao previsto no Art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003 e ao previsto art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.

3. Por meio do e-mail (SEI 55685181) em denúncia encaminhada pela Secretaria de Estado da Saúde - RN, a SCMED apurou possível infração referente à oferta de medicamentos com preço superior ao máximo permitido pela CMED, em pregão realizado pela respectiva Secretaria.

4. Em investigação preliminar realizada pela SCMED, a Nota Técnica nº 832/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55685224), datada de 16/10/2024, analisou os documentos e a oferta realizada pela empresa, conforme abaixo:

"2. Análise

A denúncia contém os requisitos exigidos no Art. 15, parágrafo 1º, da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

Em sede de investigação preliminar, foi realizada consulta aos diplomas legais pertinentes para averiguar se o medicamento analisado constava no rol de produtos disposto na Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de maio de 2021, sobre os quais se deve aplicar o **Coefficiente de Adequação de Preços - CAP**, ocasião em que seria utilizado o desconto obrigatório vigente à época dos fatos que era de 21,53% (vinte e um inteiros e cinquenta e três centésimos), conforme Resolução CTE-CMED nº 05, de 21 de dezembro de 2020.

Além disso, foi analisado se os produtos elencados nos itens da proposta constavam no rol de medicamentos do **Convênio ICMS nº 87/2002**, que concede a desoneração da alíquota de ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a aquisição por órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como outros Convênios de ICMS de âmbito nacional que poderiam afetar o valor de aquisição dos bens.

Os medicamentos encontram-se dispostos no anexo desta nota (3229771), o qual demonstra os respectivos valores utilizados, bem como o valor máximo permitido de acordo com a Tabela CMED.

O presente caso **nenhum dos medicamentos analisados se enquadra na obrigação de aplicação do desconto CAP**, haja vista os medicamentos em voga não figurarem no rol dos produtos dispostos na Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de maio de 2021, além disso, **não foi verificado a correspondência entre os medicamentos ofertados e o rol previsto no Convênio ICMS nº 87/02**, não sendo o caso de desoneração da alíquota de ICMS pertinente.

Ao analisar a Ata do Pregão Eletrônico nº 00060/2022, ocorrido em 05/09/2022, verificou-se que nas ofertas da empresa **CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**, foi identificado **indício de infração** com relação aos medicamentos e apresentações a seguir detalhados:

Item 1: NEOCAINA (CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA) Apresentação: 0,5 PCC SOL INJ CX 10 EST X FA VD INC X 20ML

Item 2: NEOCAINA PESADA (GLICOSE;CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA) Apresentação: 5 MG/ML + 80 MG/ML SOL INJ CX 40 EST AMP VD INC X 4 ML (EMB HOSP)

Item 3: KETAMIN (CLORIDRATO DE DEXTROCEAMINA) Apresentação: 50 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD AMB X 10 ML (REST, HOSP,)

Item 4: ETOMIDATO (ETOMIDATO) Apresentação: 2 MG/ML SOL INJ CX 25 AMP VD INC X 10 ML (EMB HOSP)

Item 5: LIDOCAÍNA (LIDOCAÍNA) Apresentação: 100 MG/ML SOL TOP CT FR VD INC SPRAY X 50 ML

Item 6: XYLESTESIN +EPINEFRINA (HEMITARTARATO DE EPINEFRINA;CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA) Apresentação: 20 MG/ML + 9,1 MCG/ML SOL INJ CX 10 EST FA VD TRANS X 20 ML

3. Conclusão

A presente Nota Técnica averiguou que a empresa **CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.** ofertou medicamentos por valor superior ao máximo permitido na correlação com o Preço Fábrica (PF) vigente na Tabela de Preços Máximos - CMED, que deveria ser observado, eis que não é caso de aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP.

De acordo com a Tabela de Preços publicada pela CMED e vigente à época da comercialização (05/09/2022), o **valor total da diferença** entre o preço praticado e o preço máximo aprovado pela CMED, nesta situação, foi de **R\$ 1.257.406,86 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e seis reais e oitenta e seis centavos)**, conforme Planilha de Cálculo anexa.

Sendo assim, sugerimos sejam adotadas as providências no sentido de notificar a empresa para que apresente defesa escrita no prazo legal, caso queira, assegurando o contraditório e a ampla defesa."

5. Na sequência, por meio de despacho da SCMED, foi instaurado o processo administrativo sancionador e após notificação realizada pela SCMED e ciência quanto ao recebimento da análise preliminar, a empresa apresentou sua defesa administrativa de forma tempestiva respeitando o prazo legal.

6. Efetuada a análise da documentação apresentada, bem como das alegações contidas na respectiva defesa administrativa, a SCMED apresentou a sua Decisão nº 410, de 11 de junho de 2025 (SEI 55685648), atestando a infração da empresa por ofertar medicamentos por valor superior ao Preço Fábrica(PF) à época dos fatos. No respectivo documento foram apresentados os principais pontos da defesa administrativa, conforme destacado abaixo:

"Os documentos que basearam a análise técnica da CMED foram devidamente colacionados no Processo Administrativo nº 25351.822071/2024-92. A empresa denunciada foi cientificada das alegações à ela imputada e do conteúdo da Nota Técnica nº 832/2024, através da **Notificação nº 1492/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (Documento SEI/ANVISA nº), enviada em 17 de outubro de 2024. A defesa administrativa foi protocolada em 18 de novembro de 2024, (Documento SEI/ANVISA nº) alegando, em síntese:

a) Que "(...) o tão só lançamento de uma proposta preliminar de preços no sistema de compras da Administração, ainda que sucedido por lances durante a fase de disputa, caso não adjudicados os produtos, tampouco firmada a pertinente Ata de Registro de Preços, **NÃO PODE SER considerado uma "oferta"** para efeito de aplicação das duras penalidades da Resolução nº 02/2018 da CMED."

b) Que "a proposta apenas vincula a licitante a partir da adjudicação e consequente assinatura da Ata de Registro de Preços oriunda do certame – momento em que não mais poderá desistir dos preços praticados, sob pena de se sujeitar às penas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02."

c) Que "a infração a que se refere o art. 5º, II, "a", da Resolução CMED nº 02/2018 não se configura pela tão só apresentação de uma proposta preliminar no sistema de compras eletrônico em valor superior ao máximo, mas sim quando tal proposta, em última análise, acaba se tornando vitoriosa e vinculativa após a adjudicação e assinatura da Ata, transmutando-se de uma simples "proposta" em uma efetiva "oferta", enquadrando-se na conduta típica referida no dispositivo legal em análise."

Após a petição contestatória, a empresa requereu:

"(...) reconhecendo a inexistência de qualquer infração ao Preço Fábrica no caso concreto, conferindo-lhe alvará para o efeito de julgar insubsistente a infração e arquivar este Processo Administrativo sem aplicar qualquer penalidade à empresa ora peticionante."

"(...) a limitação da pena a ser aplicada, transmutando-se a eventual aplicação da pena de multa ou qualquer outra prevista no CDC para a pena de Correção da Prática Infrativa (art. 8º, Resolução CMED nº 02/2018), por ser a medida mais razoável e proporcional para a sanção da conduta da empresa, acolhendo os argumentos dispostos no item "4" desta Defesa."

É o relatório. Passa-se à análise."

7. Ademais, restou comprovado que segundo a decisão de primeira instância da SCMED, a situação não demandou a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), uma vez que os medicamentos não constam no rol de acordo com hipótese prevista na Resolução CMED nº 03/2020, bem como não há informação clara de que a aquisição se destinava ao atendimento de demanda judicial, conclui-se, portanto, que o PMVG será equivalente ao Preço Fábrica (PF) conforme esclarecido na Nota Técnica nº 832/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55685224). Além disso, na análise preliminar, consultou-se o rol do Convênio CONFAZ nº 87/2002, o qual concede isenção de ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Verificou-se que os medicamentos não constam no rol do Convênio CONFAZ nº 87/2002.

8. A oferta, concretizadas no Pregão Eletrônico nº 60/2022, é uma situação passível de análise das normas regulamentares da CMED, nos termos da Lei nº 10.742/2003; da Orientação Interpretativa CMED nº 1 e 2, ambas de 2006; e, na data dos fatos, o Art. 5º, inciso II, alínea "a", da Resolução CMED nº 2/2018. Foram transcritos abaixo os dispositivos infringidos:

9. A seguir, foram transcritos os dispositivos infringidos:

"Lei nº 10.742/2003:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

(...)

Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990."

Orientação Interpretativa nº 1/2006, da CMED:

O Distribuidor de Medicamentos é obrigado a vender seus produtos para farmácias e drogarias pelo preço fabricante, repassando o ICMS quando for o caso.

Segundo o inciso XVI do Artigo 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, Distribuidor de Medicamentos é conceituado como a 'empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos'.

Neste sentido, a empresa produtora de medicamentos tem a opção de incorrer em todos os custos da comercialização ao realizar a venda direta ao setor varejista ou poderá conceder um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista. **De qualquer maneira, em ambas as situações, tanto para o laboratório como para a empresa distribuidora, o preço máximo a ser praticado na comercialização do medicamento não deverá ultrapassar o preço fábrica – PF.** (grifo nosso)

Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2006, da CMED:

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

Preço Fabricante é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento que produz; considerando que a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a CMED é aplicada às empresas produtoras de medicamentos, bem como às **farmácias e drogarias**, aos representantes, às DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS e a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

Em qualquer operação de venda efetivada pelas empresas produtoras de medicamentos ou pelas distribuidoras, destinada tanto ao setor público como ao setor privado, deverá ser respeitado, para venda, o limite do Preço Fabricante, uma vez que o Preço Máximo ao Consumidor é o preço máximo permitido na venda de um medicamento no varejo, podendo ser praticado somente pelas farmácias e drogarias. (grifo nosso)

Resolução CMED nº 2/2018:

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Preço Fábrica (PF): preço máximo pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar medicamento no mercado brasileiro, já incorrendo em todos os custos de comercialização e respeitados os tributos incidentes e suas diferentes alíquotas;

Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;"

"Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018:

(...)

Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

(...)

a) **ofertar** medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;"

10. Quanto à dosimetria, a penalidade pecuniária foi calculada em consonância com os critérios definidos no art. 9º, IV, "a" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, que determina, no caso da **oferta** de medicamentos por preço superior ao máximo autorizado:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

IV – Quanto às infrações classificadas no inciso II do art. 5º, observar-se-ão as seguintes metodologias:

(...)

a) quando as infrações envolverem a oferta de medicamento com preço aprovado, nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 5º

$$Mo = a \cdot (1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado/comercializado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente."

11. Por sua vez, quanto ao Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, foi considerado o Art. 9º, VI, da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, que determina:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

VI – o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente observará os seguintes percentuais sobre o valor auferido indevidamente: "

(...)

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

TABELA: Porte Econômico da Empresa - Classificação

Classificação da Empresa	Faturamento Anual
Grupo I – Empresa de Grande Porte	<u>Superior a R\$ 50.000.000,00</u> (cinquenta milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo II – Empresa de Grande Porte	<u>Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00</u> (cinquenta milhões de reais) <u>e superior a R\$ 20.000.000,00</u> (vinte milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo III – Empresa de Médio Porte	<u>Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00</u> (vinte milhões de reais) <u>e superior a R\$ 6.000.000,00</u> (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo IV – Empresa de Médio Porte	<u>Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00</u> (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	<u>Igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00</u> (quatro milhões e oitocentos mil reais) <u>e superior a R\$ 360.000,00</u> (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139/2011.
Microempresa	<u>Igual ou inferior a R\$ 360.000,00</u> (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139/2011.

12. A decisão da SCMED, considerou que o porte presumido da empresa **CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **40.061.543/0001-33**, é enquadrada na Anvisa, conforme sistema DATAVISA, em porte "**MICRO**", logo, o Índice de Ajuste a ser aplicado será da **Faixa "E"** da tabela acima. O enquadramento decorre do cumprimento da determinação expressa no Art. 9º, §1º, da Resolução CMED nº 2/2018: "**§ 1º Para fins de enquadramento do porte econômico das empresas, adotar-se-ão as normas específicas de classificação de porte econômico junto à Anvisa, consoante o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, nos termos do inciso VI deste artigo**".

Dados da Empresa			
Razão Social:	CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ:	40.061.543/0001-33
Tipo do CNPJ:	FILIAL	Ano Base:	2025
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	MICRO Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2025

13. Com base nessas premissas, a SCMED calculou a multa base conforme demonstrado abaixo:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP)							
Empresa:	CREDPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.				Nº CNPJ	40.0	
Processo Nº	25351.822071/2024-92				FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA/ DA INFRAÇÃO		
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			R\$ 360.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até o trimestre (jan-25 a mar-25)			4,584725778	Total Multa em UFIR	386.032	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER	
PRODUTO	Apresentação		Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização
NEOCAINA	0,5 PCC SOL INJ CX 10 EST X FA VD INC X 20ML		09/2022	R\$ 10.064,00	R\$13.887,73	2,0%	Oferta R\$ 14.165,48
NEOCAINA PESADA	5 MG/ML + 80 MG/ML SOL INJ CX 40 EST AMP VD INC X 4 ML (EMB HOSP)		09/2022	R\$ 17.091,00	R\$23.584,58	2,0%	Oferta R\$ 24.056,27
KETAMIN	50 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD AMB X 10 ML (REST, HOSP.)		09/2022	R\$ 348.059,74	R\$480.302,07	2,0%	Oferta R\$ 489.908,11
ETOMIDATO	2 MG/ML SOL INJ CX 25 AMP VD INC X 10 ML (EMB HOSP)		09/2022	R\$ 133.512,32	R\$184.239,19	2,0%	Oferta R\$ 187.923,97
LIDOCAINA	100 MG/ML SOL TOP CT FR VD INC SPRAY X 50 ML		09/2022	R\$ 47.196,00	R\$65.127,72	2,0%	Oferta R\$ 66.430,27
XYLESTESIN +EPINEFRINA	20 MG/ML + 9,1 MCG/ML SOL INJ CX 10 EST FA VD TRANS X 20 ML		09/2022	R\$ 701.483,80	R\$968.006,60	2,0%	Oferta R\$ 987.366,73

14. Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo a recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório da CGU nº 201315441 passou a adotar a taxa Selic como a forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração. Nesse sentido, como o presente Processo Administrativo tem por objeto a oferta por preço acima do permitido para vendas ao Governo, apurado em sua totalidade, sugere-se, para que se alcance a razoabilidade, a atualização do valor auferido a maior a partir do mês de ocorrência do evento irregular, nos termos da planilha do parágrafo anterior.
15. Desse modo, informa-se que a atualização dos valores pela taxa SELIC foi feita diretamente pela Calculadora do Banco Central, disponível no link: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPelaSelic.do?method=corrigirPelaSelic>.
16. Segundo Decisão da SCMED, quanto às circunstâncias agravantes, houve ocorrência da prática ter caráter continuado, haja vista a identificação de duas ou mais infrações do mesmo tipo cometidas no mesmo contexto da denúncia, conforme Art. 13, inciso II, alínea "b", da Resolução CMED nº 02/2018.
17. Da mesma forma, quanto às atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, em um prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de primariedade, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da mencionada Resolução.
18. Ante o exposto, foi considerado pela SCMED o cômputo de 1 agravante e 1 atenuante resultando em acréscimo de 1/3 e posterior redução de 1/3 sobre o valor da multa base de R\$ 1.769.850,85 (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos) conforme descrito acima, consoante preconizado no Art. 13, § 1º, §2º, e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 "Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes". Em relação a metodologia acima, elucida-se a formulação de cálculo para a infração conforme multa final abaixo:

Medicamento	Multa Base	Agravante 1/3	Atenuante 1/3	Valor da Multa
NEOCAINA	R\$ 14.165,48	R\$ 18.887,30	R\$ 12.591,53	R\$ 12.591,53
NEOCAINA PESADA	R\$ 24.056,27	R\$ 32.075,02	R\$ 21.383,35	R\$ 21.383,35
KETAMIN	R\$ 489.908,11	R\$ 653.210,81	R\$ 435.473,87	R\$ 435.473,87
ETOMIDATO	R\$ 187.923,97	R\$ 250.565,29	R\$ 167.043,52	R\$ 167.043,52
LIDOCAINA	R\$ 66.430,27	R\$ 88.573,69	R\$ 59.049,12	R\$ 59.049,12
XYLESTESIN +EPINEFRINA	R\$ 987.366,73	R\$ 1.316.488,97	R\$ 877.659,31	R\$ 877.659,31
			Valor Total:	R\$ 1.573.200,70

19. Em conclusão, a respectiva decisão da SCMED comprovou a materialidade da prática da infração de oferta de medicamentos por preço superior ao Preço Fábrica (PF), estabelecido pelas normas da CMED, em descumprimento ao previsto no Art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; e Orientações Interpretativas CMED nº 1 e 2, de 2006; concluindo pela aplicação de sanção pecuniária no valor de **R\$ 1.573.200,70 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais e setenta centavos)**.
20. Após subsequente Notificação nº 1184/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55705108), a empresa interpôs recurso administrativo (SEI 55705183) protocolizado conforme consta no sistema Datavisa (SEI 55768087).
21. Os autos do referido Processo Administrativo foram encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC), em 04 de agosto de 2025, por meio do OFÍCIO Nº 946/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55768175), para a relatoria do presente Recurso Administrativo pelo MDIC, considerando o sorteio realizado na ocasião da 7ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada nas datas de 31 de julho e 1º de agosto 2025.
22. É o relatório. Passo para a análise.

III. ANÁLISE

A) DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

23. Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 410/2025 da SCMED em 25 de junho de 2025, conforme Aviso de Recebimento - AR (SEI 55705132), e protocolou o recurso administrativo em 8 de julho de 2025 (SEI 55768087), considera-se tempestiva a interposição do mesmo observando o prazo legal, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018 conforme consta no despacho nº 2182/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55768154).

B) DA PRESCRIÇÃO

24. No tocante à verificação de regularidade processual, registra-se não haver incidência do fenômeno da prescrição quinquenal no caso em apreço conforme Parecer nº 110/2017 da Procuradoria da Anvisa (SEI 55977848). No caso em tela, o marco inicial da prescrição quinquenal é a concretização da oferta, que se deu em 05 de setembro de 2022, data da oferta dos medicamentos com valor acima do permitido pela CMED. Quando do recebimento da denúncia, foi elaborada a Nota Técnica nº 832/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55685224), em 16/10/2024 interrompendo, assim, a prescrição quinquenal, nos termos do Inciso II, art. 2º, da Lei nº 9.873/99. Significa dizer que a prescrição é interrompida por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato.

25. Quanto ao exame de ocorrência da incidência de prescrição intercorrente prevista no §1º, do art. 1º da lei 9.873/99, se observa que em nenhum momento o presente processo ficou paralisado por mais de 3 (três) anos. Da mesma forma, adotou-se o marco temporal a contar da data da nota técnica de instauração do processo administrativo conforme exarado em Parecer nº 339/2025 da CONJUR do MDIC (SEI 55977937) e destacado abaixo:

"Ante o exposto, restrita ao exame dos aspectos jurídicos, esta Consultoria Jurídica opina, nos termos da fundamentação, que deve ser aplicado o entendimento no sentido de que o prazo da prescrição intercorrente deve começar a contar a partir da Nota Técnica nº 442/2020/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 42512517), marco de instauração do processo administrativo sancionador, no caso em tela."

C) DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

26. A empresa interpôs recurso administrativo (SEI 55705183) no qual traz as seguintes alegações, em síntese:

a) **Críticas à tabela CMED:** Alegação de que os preços da CMED não refletem a realidade das compras públicas.

b) **Apresenta justificativas para o preço ofertado:** Alega outros custos logísticos (frete, combustível, pedágios, seguros), despesas operacionais, tributárias e riscos cambiais com ojetivo de garantir viabilidade econômica e evitar exequibilidade futura.

c) **Inexistência de infração:** Sustenta que a mera inserção de proposta preliminar acima do PF não configura "oferta" nos termos da Resolução CMED nº 02/2018. Oferta só se caracteriza após adjudicação e assinatura da Ata.

d) **Porte da empresa:** Alega que a Credpharma é microempresa (faturamento anual inferior a R\$ 4,8 milhões) e pede a correção do enquadramento para reduzir impacto da penalidade.

C) DO MÉRITO

27. Inicialmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criada pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, (*"Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências."*) e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos, como uma política de acesso aos medicamentos e assistência farmacêutica à população.

28. No âmbito de sua atuação regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; estabelece critérios para a fixação e ajuste de preços de medicamentos; determina os critérios para a fixação de preços dos produtos novos e novas apresentações de medicamentos; propõe a adoção de legislações e regulamentos referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos; e detém poder de polícia administrativo, podendo também aplicar penalidades face ao descumprimento das normas que orientam a atividade do setor regulado. Portanto, cumpre ressaltar que a CMED tem obrigação de apurar o sobrepreço na oferta e venda de medicamentos acima do preço máximo permitido pela respectiva Câmara, conforme competências previstas no artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2023.

29. No campo constitucional, a atuação da CMED decorre do art. 196 da Constituição da República, que trata da tutela constitucional do direito de acesso universal e igualitário à saúde, cuja responsabilidade é partilhada pelo Estado e por toda a sociedade. Em âmbito infraconstitucional, menciona-se, inicialmente, a Lei nº 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), reiterou que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e definiu, dentre as atribuições do SUS, a **"formulação da política de medicamentos (...)"** [art. 6º, VI] e a responsabilidade pela **"execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica"** [art. 6º, I, d].

30. Quanto às leis ordinárias e decretos que orientam, de modo específico, a atividade da CMED, tratam-se das seguintes: (i) a Lei nº 10.742/2003, que define as normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a CMED e dá outras providências, (ii) o **Decreto nº 4.766/2003**, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da CMED, e (iii) o Decreto nº 4.937/2003, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.742/2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste dos preços de medicamentos.

31. Ainda, muito da atividade exercida pela CMED é operacionalizada por atos normativos infralegais, que tem sua cogência e validade derivada de sua relação de subordinação e vinculação com os atos legislativos acima listados. As regras de tramitação processual, bem como a aplicação de sanções, obedecem ao disposto na Resolução CM-CMED nº 02 de 16 de abril de 2018, com aplicação subsidiária dos comandos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (*Lei do Processo Administrativo Federal*), bem como da disposições das leis nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 (*"Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências"*), 8.078; de 11 de setembro de 1990; assim como dos decretos nº 4.766, de 26 de junho de 2003 e nº 2.181, de 20 de março de 1997.

32. Com relação às infrações administrativas, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no seu art. 2º, define o âmbito de sua aplicação bem como os atores a ela sujeitos da seguinte forma:

*"Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às **empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.**"*

33. Nesse contexto, foi instituído o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), resultante da aplicação de um desconto chamado Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) sobre o Preço Fábrica do produto, com a finalidade de uniformizar as compras públicas de medicamentos, obtendo melhores condições a fim de que a economia de recursos seja revertida na ampliação da assistência da população que usufrui do Sistema Único de Saúde. A competência da CMED para estabelecer o preço máximo que um medicamento deve ser ofertado e, para aplicar sanções em caso de seu descumprimento, decorre da aplicação direta do art. 4º, §1º; art. 6º; art. 7º, e do art. 8º, todos da Lei nº 10.742/2003.

34. Após análise dos argumentos alegados no recurso administrativo, verificou-se que eles não podem prosperar por ausência de fundamentação legal que os ampare. Vejamos.

35. No que tange ao **item a** constante do parágrafo 26 do presente Voto, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), nos termos da Lei nº 10.742/2003, estabelece critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos, em observância às normas que regulam o mercado. São definidos preços máximos de comercialização dos medicamentos no Brasil (Preço Fábrica - PF, Preço Máximo ao Consumidor - PMC e Preço Máximo de Venda ao Governo - PMVG), bem como os índices máximos do ajuste anual de preços visando cobrir eventuais aumentos de custo para o setor farmacêutico e inflação no período.

36. A partir da **Resolução CMED n. 1 de 23 de fevereiro de 2015**, a CMED passou a estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos, a ocorrer em 31 de março de cada ano, tendo por base um modelo de teto de preços calculado por meio de:

a) um fator de produtividade (Fator X)

b) uma parcela de fator de ajuste de preços relativos entre setores (Fator Y)

c) uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrasetor (Fator Z), utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses.

37. Anualmente, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos edita nota técnica específica definindo o fator de produtividade (**Fator X**). O índice é estabelecido a partir de projeções de ganhos de produtividade da indústria farmacêutica. Quando houver previsão de queda no Índice de Produtividade do Trabalho do Setor Farmacêutico, o fator X deve ser igual a zero. De acordo com a metodologia estabelecida pela Resolução CMED 01/2015, a fórmula para o cálculo do ajuste de preços é a seguinte: Variação Percentual do Preço do Medicamento (VPP) = $IPCA - X + Y + Z$, em que, considerando o valor zero definido para o Fator X, os três níveis do Fator Z também assumem o valor igual a zero. Nos últimos três anos os ajustes anuais de preço de medicamentos estabelecidos pela CMED tem acompanhado a inflação anual nesse período. Portanto, tal alegação não merece prosperar.

38. Com relação ao **item b** constante do parágrafo 26 do presente Voto, a CMED já disciplinou esse tema com a publicação da Orientação Interpretativa nº 02/2006, a qual estabeleceu que "*nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante*". Na definição da referida Orientação Interpretativa, preço fábrica é "*o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização*", o qual, por sua vez, como regra geral, é composto do ICMS, do PIS e da COFINS incidentes nas operações de compra e venda de medicamentos, conforme já previsto no art. 5º da Resolução CMED nº 04/2003.

39. Além disso, é certo que cabe à empresa avaliar, sempre observando as normas pertinentes à sua atividade, quando determinada atuação irá lhe ser vantajosa, sob pena de arcar com o prejuízo decorrente. Trata-se do risco do negócio. Devido à ampla divulgação das normas e preços pela CMED, as empresas possuem total capacidade de efetuar os cálculos necessários antes de registrar suas propostas de preço, optando por participar apenas em situações que lhes sejam vantajosas, sob o risco de suportar as perdas decorrentes. Isso faz parte do risco inerente ao negócio, também conhecido como **Teoria do Risco-Proveito da Atividade Negocial**, tema disponibilizado no sítio eletrônico do TJDF em 17/09/2024^[1]:

Tema disponibilizado em 17/9/2024.

"Segundo a teoria do risco-proveito, **todo aquele que fornece produto ou serviço no mercado de consumo auferindo lucro (proveito) responde por eventuais danos, independentemente da comprovação de dolo ou culpa (risco da atividade).**"

[Grifo nosso]

40. Além disso, é importante ressaltar que a empresa confessa que praticou valores de mercado e não seguiu a tabela de preços máximos da CMED que é inerente ao mercado farmacêutico. Inclusive repete que não houve oferta por preço abusivo de sua parte que, logo, não houve prejuízo ao erário. Nesse viés, deveria a empresa ofertar os medicamentos por preço em consonância com a norma que regula sua atividade nesse particular, jamais tomando como parâmetro os valores de livre mercado. A oferta ou venda de medicamentos por valores acima do permitido para o caso é, portanto, uma ofensa ao dever que sabidamente possui.

41. No presente caso, se observa que a empresa, ao comercializar os medicamentos por preço superior ao autorizado pela CMED, repassou sobrepreço ao consumidor final (Administração Pública), o que inviabilizou a aquisição dos medicamentos, causando prejuízo e assumindo o risco de se responsabilizar junto à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

42. Já quando se trata do **item c** constante do parágrafo 24 do presente Voto, cabe esclarecer que a Lei nº 10.742/2003, em seus artigos 2º e 8º, confere à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) competência para estabelecer preços máximos de comercialização de medicamentos, inclusive para ofertas e vendas ao governo. A interpretação dada pela CMED em relação à regulamentação que aplica sanções em vendas e comercialização de medicamentos acima do preço permitido, especialmente às Orientações Interpretativas CMED nº 01 e 02/2006, é que não haveria sentido em ofertar produtos se não há a intenção de vendê-los – especialmente numa oferta, onde uma cotação de preço é enviada, demonstrando a intenção de venda por aquele valor. Ademais, o CTE/CMED já consolidou o entendimento que, na comercialização de produto com preço acima do máximo permitido, o termo "comercializar" abrange a oferta/venda, tendo a Resolução CMED nº 2/2018 somente reforçado este entendimento.

43. De forma complementar, é importante destacar que o respeito às normas estabelecidas pela CMED não é uma faculdade, mas uma obrigação. A oferta ou venda de medicamentos deve atender à toda a regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Cumpre destacar, neste ponto, a competência da CMED para regular o mercado de medicamentos, não podendo a empresa eximir-se da responsabilidade de agir consoante as regras aplicáveis à oferta e comercialização destes produtos. Portanto, cumpre ressaltar que a CMED tem obrigação de apurar o sobrepreço na oferta e venda de medicamentos acima do preço máximo permitido pela respectiva Câmara conforme competências previstas no artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2023. De forma complementar, é importante destacar que as regras de regulação do mercado de medicamentos disciplinadas pelo CMED são de ampla divulgação, sendo a lista de preços máximos de medicamentos atualizada e divulgada mensalmente no seu respectivo sítio na internet para amplo conhecimento.

44. No que tange ao **item d** constante do parágrafo 24 do presente Voto, quanto ao porte da empresa, cabe destacar que a multa calculada pela SCMED em decisão de primeira instância já considera o porte da empresa como microempresa (Faixa E) e aplicação do menor índice de ajuste de 2% conforme pode ser observado na planilha de cálculo da multa base realizada pela SCMED disponível no parágrafo 13 do presente voto. Portanto, o porte da empresa à época da infração já foi corretamente aplicado no cálculo da multa base.

45. Cumpre ressaltar que a empresa não pode se escusar, sob qualquer argumento, de cumprir a legislação emitida pela CMED. Pelo ordenamento trazido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei nº 4.657/1942:

Art. 3º. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

46. Lembrando que o termo "lei" aqui representa todo o ordenamento jurídico referente ao que se está em discussão. No presente caso, a Orientação Interpretativa nº 02/2006, assim como as Resoluções CMED, fazem parte do ordenamento jurídico que regula o mercado de medicamentos no Brasil. Ademais, quando se trata de empresas que participam ativamente de licitações públicas - seja qual for a modalidade - cabe também obedecer ao que dispõe a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993), que destaca em seu artigo 3º que as licitações serão processadas e julgadas em estrita conformidade com alguns princípios, dentre os quais o da legalidade e, mais recentemente, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, também incluiu princípios que devem ser observados. Portanto, o princípio da vinculação ao Edital não se sobrepõe ao princípio da legalidade correspondente ao regramento da regulação do mercado de medicamentos, que também deve ser observado. É clara a necessidade da empresa inserida no mercado brasileiro de medicamentos conhecer a legislação atinente ao setor que atua, não podendo se escusar de cumprir tais preceitos, conforme esclarecido acima.

47. Convém destacar os ditames da vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, coadunando o entendimento supracitado:

Art. 4º A alegação de desconhecimento ou incompreensão das normas legais e regulamentares do mercado de medicamentos não exime os agentes definidos no parágrafo único do art. 1º desta Resolução de seu cumprimento, tampouco de ressarcimento de eventuais valores auferidos indevidamente.

48. Além disso, afastar a responsabilização da empresa significaria violar frontalmente a Lei Federal n. 9.874/99, que regula o processo administrativo na esfera federal:

"Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

49. Cumpre destacar que a previsão de sanção pelo descumprimento das regras da CMED está descrita no art. 8º da Lei nº 10.742/2003, abaixo colacionado:

"Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei no

50. Por meio desse artigo, é reiterada a atribuição técnico-normativa conferida à CMED e evidenciada a prerrogativa do colegiado de aplicar sanções administrativas ao infrator que deixa de observar as normas legais e os atos infralegais da Câmara. Diante da competência da CMED para regular o mercado de medicamentos, diversas são as obrigações impostas aos entes regulados para atuarem no mercado. Ao descumprir tais obrigações, o ente regulado incorre em infrações.

C) DOSIMETRIA DA SANÇÃO

51. Quanto à dosimetria da sanção, a decisão da SCMED, não merece reparos.

52. Quanto às circunstâncias agravantes, cabe ponderar o que segue:

a) mantém-se a incidência do agravante de caráter continuado, por tratar-se de mais de uma oferta (tipo de infração) de medicamentos acima do PF considerando o presente processo administrativo, configurando o caráter continuado conforme entendimento do CTE e que se enquadra nos termos do art. 13, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02/2018.

53. Com relação às circunstâncias atenuantes, cabe ponderar o que segue:

a) mantém-se a incidência do atenuante de primariedade, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento das infrações analisadas no presente processo, num prazo de cinco anos, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

54. Portanto, diante da incidência de uma agravante e uma atenuante, o valor da multa base de R\$ 1.769.850,85 (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos) foi agravado em 1/3 e depois reduzido em 1/3 conforme estabelecido no art. 13, parágrafos 1º, 2º e 3º da Resolução CMED nº 02/2018. Assim, mantém-se a multa final no importe histórico de **R\$ 1.573.200,70 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais e setenta centavos)**.

55. Destarte, conclui-se que as alegações do interessado não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa. Restou, assim, confirmada a autoria e demonstrada a materialidade da infração conforme Nota Técnica nº 832/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55685224), e demais documentos apensados ao presente processo administrativo.

56. Por fim, afastados os argumentos da empresa, no mérito, o entendimento desta SDIC/MDIC está em consonância com o da SCMED no sentido de que foram infringidas as normas que regem o mercado de medicamentos, sendo, portanto, correta a aplicação de sanção administrativa à empresa, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.742/2003, mantendo o valor da multa final conforme demonstrado acima.

IV. CONCLUSÃO

57. Diante do exposto, recomenda-se o voto pelo conhecimento e pelo não provimento do recurso, no sentido de:

a) quanto ao mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de oferta de medicamentos destinados à Administração Pública por preço superior ao permitido pela CMED, em descumprimento ao previsto no art. 8º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e Artigo 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

b) quanto à dosimetria da sanção, manter integralmente o valor da multa da decisão de primeira instância proferida pela Secretaria-Executiva da CMED no importe histórico de **R\$ 1.573.200,70 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais e setenta centavos)**, devendo sofrer as atualizações pertinentes.

À consideração superior.

GUSTAVO LUÍS MEFFE ANDREOLI

Chefe de Divisão das Indústrias de Fármacos e Medicamentos

MISANI AKIKO KANAMOTA RONCHINI

Coordenadora-Geral das Indústrias da Saúde - Substituta

De acordo.

ADRIANO MACEDO RAMOS

Diretor do Departamento do Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica

V. VOTO

58. Ante o exposto, voto pelo conhecimento e pelo não provimento do recurso, no sentido de:

a) quanto ao mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de oferta de medicamentos destinados à Administração Pública por preço superior ao permitido pela CMED, em descumprimento ao previsto no art. 8º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e Artigo 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

b) quanto à dosimetria da sanção, manter integralmente o valor da multa da decisão de primeira instância proferida pela Secretaria-Executiva da CMED no importe histórico de **R\$ 1.573.200,70 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais e setenta centavos)**, devendo sofrer as atualizações pertinentes.

UALLACE MOREIRA LIMA

Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Macedo Ramos, Diretor(a)**, em 05/12/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Luís Meffe Andreoli, Chefe(a) de Divisão**, em 08/12/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Misani Akiko Kanamota Ronchini, Coordenador(a)-Geral**, em 08/12/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uallace Moreira Lima, Secretário(a)**, em 10/12/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55967019** e o código CRC **B69411C2**.